



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Bergson: consciência, corpo e ação

Jonas Gonçalves Coelho

Como citar: COELHO, J. G. Bergson: consciência, corpo e ação. *In:* FERREIRA, A. ; GONZALEZ, M. E. Q. ; COELHO, J. G (org). **Encontro com as Ciências Cognitivas. Vol.4.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p89-102. DOI: <http://doi.org/10.36311/2004.85-7129520-9.p89-102>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Bergson: consciência, corpo e ação

Jonas Gonçalves Coelho¹

I

Que interesse haveria, além do histórico, em retomar as idéias apresentadas pelo filósofo Henri Bergson no final do século XIX e início do século XX sobre a relação entre corpo e consciência, considerando-se o grande desenvolvimento da ciência – Psicologia Cognitiva, Neurociência, Inteligência Artificial, etc. – e as contribuições da Filosofia da Mente posteriores a esse período?

Entendemos que o interesse está na maneira original pela qual Bergson relaciona o surgimento e os vários modos de consciência, da mais simples percepção às mais sofisticadas operações da inteligência, à estrutura e modo de funcionamento do sistema nervoso e seus respectivos corpos, ao longo da evolução dos seres vivos. Consideramos que a originalidade bergsoniana consiste na importância concedida à ação na produção dos processos conscientes. Como veremos, a consciência, tal como descrita por Bergson, é uma consciência incorporada, intimamente associada à inserção pragmática dos corpos no mundo que os cerca; em outras palavras, há um íntimo entrelaçamento entre percepção consciente e ação cuja forma elementar é o movimento no ambiente.

Procurando desenvolver essa idéia, torná-la mais clara, apresentaremos a concepção bergsoniana sobre a relação entre consciência, corpo e ação na evolução da vida sobre a Terra. Para Bergson, a consciência constitui-se nos organismos nos quais a mobilidade prevalece sobre a fixidez e a ação livre prevalece sobre o automatismo. Consideraremos, em separado, cada uma dessas oposições, estabelecendo a sua relação com os reinos vegetal e animal e, no caso dos animais, a diferença entre os modos de consciência dos predominantemente instintivos e dos predominantemente inteligentes.

¹ Professor Assistente Doutor de Filosofia do Departamento de Ciências Humanas da Unesp de Bauru e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Filosofia da Unesp de Marília.

II

Para Bergson, o mundo vegetal e o mundo animal constituem-se como dois desenvolvimentos divergentes da vida. Embora os dois reinos não sejam absolutamente distintos, há uma diferença de ênfase, de predominância de determinadas características que tendem a se acentuar no decorrer da evolução, definindo, de maneira mais precisa, cada um dos grupos. “Não há manifestação da vida que não contenha, em estado rudimentar, latente ou virtual, as características essenciais da maioria das demais manifestações. A diferença está nas proporções” (BERGSON 1991, p. 107). Deve-se, assim, procurar identificar as tendências predominantes nos vegetais e nos animais. É, então, sob o ponto de vista segundo o qual as mesmas características essenciais estão presentes em todas as manifestações de vida, embora em proporções diferentes, que Bergson considera, primeiramente, o desenvolvimento divergente dos vegetais e dos animais.

Um dos principais aspectos que os distingue é o modo de alimentação. Os vegetais tomam os elementos indispensáveis à sua sobrevivência — carbono e nitrogênio — diretamente do ar, da água e da terra, diferentemente dos animais que se apropriam desses elementos através de outros organismos nos quais estão fixados — vegetais e outros animais. Essa diferença não é absoluta, existindo várias exceções de um lado e de outro — plantas insetívoras de um lado e cogumelos de outro —, mas, como indicado anteriormente, o relevante para Bergson é menos a presença excepcional de determinadas características do que a tendência predominante em cada um dos reinos.

Essa diferença no modo de alimentação dos animais e vegetais está geralmente associada a uma outra diretamente relevante para o surgimento da consciência: a mobilidade no espaço. Os animais, diferentemente das plantas, devem se movimentar para obter o seu alimento, ou seja, se no caso das plantas os elementos fornecidos continuamente pelo meio podem ser extraídos sem movimento, maquinaalmente, no caso dos animais, são obtidos dos “organismos que já os fixaram”, por meio de uma “ação descontínua concentrada em alguns instantes ... ciente” (BERGSON 1991, p. 115).

Segundo Bergson, as tendências à fixidez e à mobilidade diferenciadoras dos reinos animal e vegetal, são “indícios superficiais de tendências mais profundas”. Essas são, do lado dos animais, a consciência — desperta — e a

sensibilidade e, do lado dos vegetais, a inconsciência (consciência adormecida), a insensibilidade². Isso porque a atividade motora dos organismos tornou possível o surgimento da consciência, enquanto sua falta a atrofia ou adormece.

Bergson postula, portanto, que há uma tendência à inconsciência nos vegetais associando-a a sua imobilidade constitutiva. A presença de uma membrana de celulose envolvendo o protoplasma imobiliza o organismo vegetal simples e o protege das excitações externas. Ao mesmo tempo, esses vegetais fabricam diretamente as substâncias orgânicas a partir dos minerais sem que necessitem locomover-se para nutrir-se: “esta aptidão o dispensa, em geral, de mover-se e, por isso mesmo, de sentir” (BERGSON 1991, p. 113).

Também nesse caso não se pretende que fixidez e mobilidade sejam atributos que distinguem, de maneira absoluta, esses dois gêneros de vida. Afinal, não se pode ignorar a existência de plantas trepadeiras e insetívoras e dos parasitas no mundo animal. Assim, essa distinção em termos de mobilidade não é válida universalmente visto que também se podem observar, do lado dos animais, os crustáceos, cuja fixidez e parasitismo acompanham a “degeneração e o quase desaparecimento do sistema nervoso” e nos vegetais, a locomoção dos zoósporos e das algas.

Para Bergson, o fato de as tendências divergentes, mobilidade/consciência e fixidez/inconsciência, características dos dois reinos, coexistirem nos mesmos, diferindo apenas a proporção, indica que as células animais e vegetais tiveram uma origem comum e que os primeiros organismos “oscilaram entre a forma vegetal e a forma animal, participando de uma e de outra ao mesmo tempo” (BERGSON 1991, p. 113).

Via de regra, uma das duas tendências encobre ou esmaga a outra, mas, em circunstâncias excepcionais, esta se separa e reconquista o lugar perdido. A mobilidade e a consciência da célula vegetal não estão adormecidas a tal ponto que não possam despertar quando as circunstâncias o permitem ou o exigem. E, por outro lado, a evolução do reino animal foi, sem cessar, retardada, detida ou arrastada para trás pela tendência que conservou à vida vegetativa. Por mais plena, por mais transbordante que possa de fato parecer a atividade de uma espécie animal, o torpor e a inconsciência a espreitam. Ela só mantém

² Em seu ensaio *Le possible et le réel* Bergson diz: “o vivente é consciente de direito; ele torna-se inconsciente, de fato, aí onde a consciência dorme, mas, até nas regiões onde a consciência dorme, no vegetal, por exemplo, há uma evolução regulada, progresso definido, envelhecimento, enfim, os sinais exteriores da duração que caracteriza a consciência [...]” (BERGSON 1993b, p. 101).

seu papel por um esforço, ao preço de um cansaço. Ao longo do caminho no qual o animal evoluiu, ocorreram fraquezas sem número, fracassos que se devem, na maior parte, a hábitos parasitários; são como os desvios ferroviários na vida vegetativa. Assim, tudo nos faz supor que o vegetal e o animal descendem de um antepassado comum que reunia, no estado nascente, as tendências de um e de outro. (BERGSON 1991, p. 114).

Assim, para o filósofo, a fixidez no animal parece, em geral, um torpor em que a espécie caiu, uma “recusa em evoluir”, enquanto que os movimentos dos vegetais não são tão freqüentes, variados e amplos como nos animais, parecendo mais o despertar de uma atividade adormecida. É nesse sentido que se postula que a mobilidade e a fixidez sejam apenas uma tendência dominante ou a característica essencial, embora não exclusiva, de cada um dos reinos:

[...] se a mobilidade e a fixidez coexistem no mundo vegetal como no mundo animal, o equilíbrio é manifestamente rompido em favor da fixidez num caso e da mobilidade do outro. Essas duas tendências opostas são tão evidentemente diretrizes das duas evoluções que se poderia já definir mediante elas os dois reinos. (BERGSON 1991, p. 110)

Essa mesma oposição entre mobilidade e fixidez que permite a Bergson distinguir os vegetais (adormecidos em sua imobilidade) dos animais, pode, como anteriormente indicado, ser também encontrada no próprio mundo animal. A fauna dos tempos primitivos mostra, o que para Bergson é impressionante, animais aprisionados “num invólucro mais ou menos rígido”, que prejudicava e até impedia os seus movimentos: os moluscos eram mais freqüentemente dotados de conchas, os artrópodes providos de carapaças, e até os peixes possuíam invólucro ósseo extremamente rígido. Essa couraça tinha, certamente, a função de proteger esses animais, tornando-os, organismos flácidos que eram, “tanto quanto possível, indevoráveis” (BERGSON 1991, p. 131). Pelo fato de esses invólucros prejudicarem os movimentos e até os imobilizarem, esses animais enclausurados condenaram-se a uma sonolência, à inconsciência. Para Bergson, os equinodermos e mesmo os moluscos vivem até hoje nesse torpor. Já os artrópodes e os vertebrados escaparam da inconsciência pelo fato de privilegiarem a locomoção, na busca de seu alimento, vegetais ou outros animais, ou na fuga de seus predadores. Enquanto os peixes substituíram sua couraça por escamas, os insetos também desembaraçam-se da sua, defendendo-se pela agilidade que lhes permite atacar e fugir no momento oportuno. Para

Bergson, é esse fato — “feliz circunstância” — que possibilitou o “atual desabrochar das mais elevadas formas de vida” (BERGSON, 1991, p. 132). Como diz o filósofo, na evolução conjunta da vida, “os mais retumbantes êxitos couberam àqueles que aceitaram os maiores riscos” (BERGSON, 1991, p. 133). No processo evolutivo, acabou prevalecendo no reino animal o fator que o separou do mundo vegetal, o movimento e, conseqüentemente, a consciência, apesar de entorpecimentos localizados.

Como veremos, a seguir, o movimento é uma condição necessária mas não suficiente para o surgimento da consciência. Um outro fator fundamental privilegiado por Bergson é a liberdade, entendida como oposta ao automatismo. Isso significa, como também veremos, que existe uma íntima relação entre a riqueza da percepção consciente e a variedade de ações possíveis.

III

Segundo Bergson, a relação entre percepção consciente e ação está associada à história do desenvolvimento do sistema nervoso, desde sua forma mais simples na série animal até o homem. Essa relação mantém-se com o aumento de complexidade do sistema nervoso, isto é, a complexidade crescente do sistema nervoso não produz mudanças essenciais no que diz respeito à relação entre percepção e ação. Tal relação já pode ser encontrada na massa protoplasmática que recebe a influência de estímulos externos e responde a eles através de reações mecânicas, físicas e químicas. Está também presente nas séries de células nervosas agrupadas em sistemas, nos quais se reage à excitação exterior por movimentos variados. É também constitutiva dos organismos superiores, nos quais se radicaliza a distinção entre o automatismo relacionado à medula e a atividade voluntária articulada com o cérebro. Desse modo, a diferença entre as formas mais simples e as mais complexas é que o estímulo recebido, entra em relação com uma variedade cada vez mais considerável de aparelhos motores, o que faz com que seja esboçado simultaneamente um número cada vez maior de ações possíveis.

Ainda segundo o filósofo, o desenvolvimento do sistema nervoso desde a monera, passando pelos insetos mais bem dotados, até os vertebrados mais inteligentes, consiste no desenvolvimento e na conciliação de duas tendências antagônicas: “adaptação mais rigorosa dos movimentos” e “maior margem

deixada ao ser vivo para escolher entre eles”. No organismo humano, e no organismo animal em geral — em proporções variáveis —, tem-se um “número considerável de mecanismos motores” montados na medula e no bulbo os quais podem ser combinados de diversas maneiras. Um cérebro desenvolvido tem um maior número de mecanismos motores a serem escolhidos. Uma encruzilhada mais complicada onde se cruzam as vias motoras permite os movimentos mais variados. “O organismo se conduz cada vez mais como uma máquina para agir que se reconstruísse inteiramente a cada ação nova, como se ela fosse de borracha e pudesse, a qualquer instante, mudar a forma de todas as suas peças” (BERGSON 1991, p. 253). É nesse sentido que se considera o ser vivo como um “centro de ação”, e, conseqüentemente, “determinada soma de contingência introduzindo-se no mundo”. A quantidade e qualidade da ação possível, bem como a extensão da escolha das ações variam com o desenvolvimento do sistema nervoso o qual esboça os caminhos flexíveis de ação.

Consideremos mais detalhadamente a estrutura e modo de funcionamento dos sistemas nervosos mais desenvolvidos, tal como descritos por Bergson. Primeiro, observamos que as funções perceptivas estão distribuídas entre a medula e o cérebro. Não há uma diferença de natureza, mas apenas de “complicação” de grau entre as funções reflexas da medula espinhal — “automatismo puro” — e os processos perceptivos cerebrais — “atividade voluntária”. O papel da medula é transformar os estímulos recebidos em “movimentos executados”. Em outras palavras, o “movimento centrípeto comunicado pela excitação reflete-se imediatamente, por intermédio das células nervosas da medula, num movimento centrífugo determinando uma contração muscular” (BERGSON, 1990, p. 25).

Em sua conferência *La conscience et la vie*³, Bergson diz ser a medula o lugar em que estão montados mecanismos que contêm, já prontas para serem movimentadas, ações que o corpo pode realizar, ou seja, um “grande número de respostas já prontas”. Se esses mecanismos são acionados diretamente a partir do mundo externo, o corpo executa “imediatamente, como resposta à excitação recebida, um conjunto de movimentos coordenados entre si” (BERGSON, 1993a, p. 8).

³ Conferência feita em inglês na Universidade de Birmingham em 29 de maio de 1911.

Mas, muitas vezes, o estímulo externo dirige-se, primeiramente, ao cérebro, este colocando-se como um “intermediário”, antes de se dirigir às células motoras da medula. Quanto mais desenvolvido o cérebro, maior é o número de ações motoras possíveis de serem realizadas:

[...] estas células das diversas regiões ditas sensoriais do córtex, células interpostas entre as arborizações terminais das fibras centripetas e as células motoras do sulco de Rolando, permitem ao estímulo recebido atingir à vontade este ou aquele mecanismo motor da medula espinhal e escolher assim seu efeito. Quanto mais se multiplicarem essas células interpostas, mais elas emitirão prolongamentos amebóides capazes sem dúvida de se aproximarem diversamente, mais numerosas e variadas serão também as vias capazes de se abrirem ante um mesmo estímulo vindo da periferia e, conseqüentemente, haverá mais sistemas de movimentos que uma mesma excitação deixará à escolha. (BERGSON, 1990, p. 25)

Para Bergson, o cérebro funciona como uma “encruzilhada” onde estímulos vindos de “qualquer via sensorial” podem se ligar a “qualquer via motora”. A partir do estímulo recebido, há uma escolha e possível acionamento do mecanismo motor, da mais apropriada dentre as respostas que a medula coloca à disposição. É sob esse aspecto que o filósofo em *La conscience et la vie* define o cérebro como um “órgão de escolha” (BERGSON, 1993a, p. 9). Comparando-o a uma central telefônica, Bergson afirma que o papel do cérebro se limita a “efetuar a ligação ou fazê-la aguardar”, a “transmitir e a repartir movimentos” (BERGSON, 1990, p. 26). O cérebro não acrescenta nada ao que recebe, constituindo-se como um centro onde os estímulos provenientes dos órgãos dos sentidos são colocados em contato com mecanismos motores da medula e do bulbo raquidiano. A partir de excitações recebidas, o cérebro prepara movimentos apropriados. Ele conduz o movimento a um “órgão de reação escolhido” ou abre a esse “movimento a totalidade das vias motoras para que aí desenhe-se todas as reações que ele pode gerar e para que analise a si mesmo ao se dispersar” (BERGSON, 1990, p. 26). O cérebro “parece um instrumento de análise com relação ao movimento recolhido e um instrumento de seleção com relação ao movimento a executar” (BERGSON, 1990, p. 26).

De acordo com essa concepção, o papel do cérebro, assim como o da medula, é apenas esboçar “uma pluralidade de ações possíveis” ou organizar “uma delas” (BERGSON, 1990, p. 26). A representação da matéria “é a medida

de nossa ação possível sobre os corpos” (p. 35) não sendo produzida pelo cérebro, embora seja por ele acionada⁴:

[...] o cérebro recebe dos órgãos dos sentidos, por intermédio dos nervos centrípetos, a indicação de certos atos possíveis, transmite aos órgãos locomotores, por intermédio dos nervos centrifugos, a ordem de executar ou esboçar tal ou tal ato efetivamente, mas se limita, em suma, a escolher entre várias ações possíveis, e a preparar uma certa ação real: como tudo isso diz respeito apenas à *ação*, e que entretanto a *representação* se produz, é preciso admitir que a representação não é criada pelo fenômeno cerebral, que ela é simplesmente ocasionada ou movimentada por ele, e que, desde então, o cérebro se limita a recortar sem cessar, para apresentar à consciência, tal ou tal porção de uma percepção inconsciente do Todo”. (BERGSON, 1972, p. 806)

É em função da relação entre a estrutura do órgão perceptivo e a riqueza de ações por ele possibilitada que se deve compreender a riqueza da percepção consciente. Quanto mais desenvolvido o sistema nervoso, mais rica é a percepção, ou seja, os mecanismos motores se tornam “cada vez mais complexos” e o campo de relação com os objetos exteriores se amplia, abrangendo um maior número de objetos e em uma maior distância. Em decorrência, as ações podem se tornar cada vez menos imediatas, menos necessárias. O desenvolvimento do sistema nervoso possibilita, então, um aumento da indeterminação da ação, refletindo, portanto, o grau de indeterminação da mesma e a riqueza da percepção, também voltada para a ação; a percepção, enquanto um dos componentes associados àquele desenvolvimento, simboliza “a parte crescente de indeterminação, deixada à escolha do ser vivo em sua conduta em face das coisas” (BERGSON, 1990, p. 27). A extensão da percepção consciente está vinculada à “intensidade da ação de que o ser vivo dispõe” (BERGSON, 1990, p. 28). Ela está ausente sempre que um estímulo se prolongue em reação necessária — automatismo; ela se submete à relação entre necessidade e distância: “à medida que a reação se torna mais incerta, que ela deixa mais lugar à hesitação, aumenta também a distância na qual se faz sentir ... a ação do objeto” (BERGSON, 1990, p. 28).

As considerações anteriores parecem sugerir uma continuidade, uma diferença apenas de grau entre o homem e o animal, decorrente da semelhança

⁴ Tendo em vista o objetivo principal desse artigo, não apresentaremos a teoria bergsoniana sobre a origem e natureza das representações, tema amplamente tratado em *Matéria e memória*..

de constituição de seus cérebros, e associada à diferença de volume e complexidade entre eles. Contrariando essa expectativa, Bergson pretende que haja efetivamente uma diferença muito mais profunda entre esses cérebros; uma diferença de natureza, a diferença entre o “limitado” e o “ilimitado”. Para Bergson, é apenas no ser humano que o número de mecanismos motores que se podem montar, e, conseqüentemente, “o número dos detonadores que têm a função de acionar o mecanismo motor entre os quais oferece a escolha é infinito” (BERGSON, 1991, p. 264). Essa diferença é relevante o suficiente para estabelecer a possibilidade da liberdade e, conseqüentemente, de uma consciência livre e abstrata apenas na esfera humana e a sua impossibilidade ou, quando muito, uma alternância entre consciência meramente perceptiva e inconsciência, no caso dos animais e, em decorrência do automatismo.

Quando se considera o funcionamento do cérebro do animal e do homem, está-se, no primeiro caso, diante de um “mecanismo que absorve a atenção” e, no segundo, de um “mecanismo de que se pode desviar”. No animal, os mecanismos motores montados pelo cérebro — “os hábitos que sua vontade adquire” — apenas realizam movimentos “armazenados nesses organismos” — “esboçados nesses hábitos”. Só no homem “o hábito motor pode ter um segundo resultado incomensurável com o primeiro. Ele pode impedir outros hábitos motores e, com isso, disciplinando o automatismo, pôr em liberdade a consciência:

A primitiva máquina a vapor, tal como a concebeu Newcomen, exigia a presença de uma pessoa exclusivamente encarregada de manobrar as torneiras, seja para introduzir o vapor no cilindro, seja para nele lançar a chuva fria destinada à condensação. Conta-se que um menino empregado nesse trabalho, muito entediado com a obrigação de o fazer, teve a idéia de ligar as manivelas das torneiras, por cordões, ao pêndulo da máquina. Desde então, a máquina abria e fechava por si mesma as suas torneiras; ela funcionava sozinha. Ora, um observador que comparasse a estrutura dessa segunda máquina com a da primeira, sem se ocupar dos dois meninos encarregados da vigilância, só teria verificado entre elas uma ligeira diferença de complicação. É tudo o que se pode perceber, com efeito, quando só se olham as máquinas. Mas se dermos uma olhadela nos meninos, veremos que um está absorvido por sua vigilância, e que o outro está livre para divertir-se à vontade, e que, por esse aspecto, a diferença entre as duas máquinas é radical, a primeira mantendo a atenção prisioneira, a segunda lhe dando livre trânsito. (BERGSON, 1991, p. 185)

Essa diferença entre o homem e o animal nos leva de volta à questão da relação entre a consciência e a matéria no processo evolutivo. Bergson associa a consciência à capacidade de escolha, ela é “sinônimo de invenção e de liberdade”. Ocorre que no animal a invenção é uma mera variação do rotineiro, a iniciativa individual podendo ampliar os hábitos, mas caindo num novo automatismo: “as portas de sua prisão se fecham tão logo abertas; esforçando-se por escapar de sua corrente só consegue alongá-la” (Bergson I, p. 264). A vida antes do homem é um “esforço da consciência para sacudir a matéria” e um “esmagamento da consciência pela matéria” (BERGSON, 1991, p. 264).

A consciência, definida algumas vezes por Bergson como uma “*exigência de criação*”, só se manifesta a si mesma onde houver a possibilidade de criação. Ela “adormece” onde houver automatismo e “desperta” onde há “possibilidade de uma escolha” (BERGSON, 1991, p. 262). Nos “organismos desprovidos de sistema nervoso”, é o “poder de locomoção e de deformação” que determina a variação de consciência; já nos “animais dotados de sistema nervoso, ela é proporcional à complicação da encruzilhada onde se encontram as vias chamadas sensoriais e as vias motoras, isto é, do cérebro” (BERGSON, 1991, p. 262). E é apenas no homem que a consciência consegue quebrar a corrente, libertar-se.

IV

A relação entre automatismo e liberdade dos movimentos e a constituição e modo de ser da consciência pode ser melhor compreendida quando se consideram as duas formas de consciência inerentes aos artrópodes e aos vertebrados, a consciência instintiva e a consciência inteligente. Bergson postula uma evolução divergente culminando de um lado nos himenópteros, nos quais prevalece a consciência instintiva, e de outro no homem no qual prevalece a consciência intelectual. O fundamental para a constituição desses dois tipos de consciência é o privilégio do automatismo ou da liberdade dos movimentos, ou seja, a consciência se manifesta onde houver liberdade, espaço para a escolha, e se anula onde prevalece o automatismo. O que acontece é que nas atividades maquinais a representação do ato é impedida pela sua execução, a representação é obstruída pela ação. O ato é tão perfeitamente semelhante à representação e nela se insere tão exatamente — adequação perfeita da representação e da ação

— que nenhuma consciência pode mais transbordar. Para Bergson, a consciência se manifesta se houver um obstáculo à realização do ato, ou seja, ela estava presente, “mas neutralizada pela ação que ocupava o lugar da representação” (BERGSON, 1991, p. 145)⁵. É nesse sentido que o filósofo define a consciência como a “inadequação do ato à representação” (BERGSON, 1991, p. 145), ou como uma “*diferença aritmética entre a atividade virtual e a atividade real*”, medindo “*a distância entre a representação e a ação*” (EC, 145). Para Bergson, há uma incompatibilidade entre consciência e automatismo, este definido como “atividade real”. A consciência envolve “escolha”, “hesitação”, “ações possíveis” ou “atividade virtual”.

Deduz-se, a partir daí, que a inteligência tende à consciência, enquanto que o instinto tende à inconsciência. Onde prevalece o instinto há pouco lugar para a “hesitação” e a “escolha”, já que a natureza organiza o “instrumento a manejar”, fornecendo o “ponto de aplicação” e o próprio “resultado a obter”. Nesses casos, a consciência é rara, só aparecendo onde houver “contrariedades” ao instinto, não estando, portanto, relacionada à própria natureza do instinto. Já no caso da inteligência, o que define a sua essência é o “sofrer contrariedades”, sendo, portanto, o déficit o seu estado normal: “Tendo por função primitiva o fabricar instrumentos inorganizados, ela deve, atravessando mil dificuldades, escolher para esse trabalho o local e o momento, a forma e a matéria. E ela não pode satisfazer-se plenamente, porque toda satisfação nova cria novas necessidades” (BERGSON, 1991, p. 146).

Para Bergson, a diferença entre os conhecimentos do instinto e da inteligência é de natureza e não de grau, embora, cada um deles, sob um determinado aspecto, possui conhecimento inato — virtual, natural — o qual é “desempenhado e inconsciente” e recai sobre as coisas, ou seja, “atinge os objetos determinados em sua própria materialidade”. No caso do instinto, o conhecimento está implícito, exteriorizando-se em “desempenhos precisos”, ou seja, está “implicado na ação realizada”. Trata-se de um conhecimento limitado que se dirige a um determinado objeto ou parte dele, possuindo a respeito desse um conhecimento “interior e pleno”. Bergson apresenta um exemplo de

⁵ Como vimos anteriormente, o surgimento da consciência depende também da constituição corpórea. Ou seja, os modos de ser das consciências instintiva e inteligente dependem das correlatas constituições corporais.

comportamento instintivo, no qual a conduta esboça um conhecimento não aprendido: o *sitaris*:

Esse coleóptero deposita seus ovos na entrada das galerias subterrâneas que uma espécie de abelha, a *antófora*, cava. A larva do *sitaris*, após longa espera, espreita a *antófora* macho ao sair da galeria, agarra-se a ele, fica aferrada a ele até o “vôo nupcial”; nessa ocasião, ela aproveita a ocasião para passar do macho à fêmea, e espera tranqüilamente que esta ponha seus ovos. Salta então sobre o ovo, que lhe vai servir de sustento no mel, devora o ovo em alguns dias, e, instalada na concha, sofre a primeira metamorfose. Organizada agora para flutuar sobre o mel, ela consome esse suprimento de alimentação e torna-se ninfa, depois inseto perfeito. Tudo acontece *como se* a larva do *sitaris*, desde sua eclosão, soubesse que o *antóforo* macho sairia da galeria primeiro, que o vôo nupcial lhe forneceria o meio de se transportar para a fêmea, que esta a conduziria a um depósito de mel capaz de alimentá-la quando se transformasse, e que, até essa transformação, ela tivesse devorado aos poucos o ovo do *antóforo*, de modo a se nutrir, a se sustentar na superfície do mel, e também eliminar o rival que tenha saído do ovo. E tudo acontece também *como se* o próprio *sitaris* soubesse que sua larva saberá todas essas coisas. (BERGSON, 1991, p. 147)

V

Consideremos mais detalhadamente a natureza e o modo de funcionamento da inteligência, a relação entre liberdade e consciência nas suas formas mais abstratas. Para Bergson, a inteligência é, essencialmente, uma faculdade de fabricação. O aparecimento do homem — “parte culminante da evolução dos vertebrados” — sobre a Terra é associado ao período em que se fabricaram as primeiras armas, os primeiros instrumentos. Um instrumento fabricado é a concretização da invenção a qual define melhor a inteligência que a inferência, visto que essa atividade pode ser considerada como uma modalidade, um componente da própria invenção: “Sem dúvida, há inteligência sempre onde houver inferência; mas a inferência, que consiste no aproveitamento da experiência passada no sentido da experiência presente, é já um começo de invenção (BERGSON, 1991, p.139).

A inteligência, mesmo em sua forma mais simples, “aspira a fazer com que a matéria atue sobre a matéria”. Tendo em vista essa ligação entre a

inteligência e a ação, compreende-se que as invenções mecânicas permitem utilizar cada vez mais a matéria. A invenção mecânica, a fabricação de objetos artificiais como as ferramentas, foi o primeiro empenho essencial da inteligência humana, o elemento em torno do qual gravita a vida social. Daí Bergson considerar legítimo definir o homem tendo em vista essa atividade: “Se pudéssemos nos despir de todo orgulho, se, para definir nossa espécie, nos ativéssemos estritamente ao que a história e a pré-história nos apresentam como a característica constante do homem e da inteligência, talvez não disséssemos *Homo sapiens*, mas *Homo faber*” (BERGSON, 1991, p. 140).

O instrumento produzido pela inteligência é imperfeito mas flexível; exige esforço para ser obtido; é de “manejo penoso”; mas por ser feito de matéria inorganizada, “pode assumir uma forma qualquer, servir a qualquer fim, livrar o ser vivo de qualquer dificuldade nova que surja e lhe conferir uma quantidade ilimitada de poderes” (BERGSON, 1991, p. 141). Assim, embora os instrumentos da inteligência sejam aleatórios, eles podem produzir conquistas ao infinito. Influencia quem o fabricou, levando-o a exercer uma nova função; ao satisfazer uma necessidade, ele cria uma nova, o que faz com que, diferentemente do instinto que fecha o círculo de ação em que o animal se move automaticamente, ele “abre a essa atividade um campo infinito, impelindo-a cada vez mais além e tornando-a cada vez mais livre” (BERGSON, 1991, p.142). Assim, a inteligência é uma faculdade voltada para a fabricação de instrumento inorganizado — artificial. Como ela não possui esse instrumento, ela diversifica a sua fabricação conforme as “circunstâncias” e as “dificuldades”.

Um exemplo paradigmático de instrumento flexível criado pela inteligência e diretamente responsável por uma consciência abstrata é a linguagem. A linguagem, se por um lado depende de uma organização física complexa, é também inerente à vida social humana. Como a função — fabricação/ação — não está previamente determinada pela estrutura dos indivíduos, sendo aprendido o papel social de cada um deles. Impõe-se, assim, “uma linguagem que permita, a todo instante, passar do que se sabe ao que se ignora ... uma linguagem cujos signos — que não podem ser em número infinito — sejam extensíveis a uma infinidade de coisas” (BERGSON, 1991, p. 142). Por isso, a característica fundamental da linguagem humana não é a generalidade, mas a mobilidade do signo, sua “tendência a se transladar de um objeto a outro” (BERGSON, 1991, p. 142).

Bergson atribui à “mobilidade das palavras” a “libertação” da inteligência, permitindo a essa ir além dos próprios objetos materiais que lhe interessam. Inicialmente, a inteligência se adapta à “forma da matéria bruta”, ou seja, a linguagem designa apenas coisas; é graças à mobilidade das palavras que ela pode voltar-se para um “objeto que não é coisa”, e perceber a si mesma como “faculdade de representação em geral”, isto é, é a linguagem que torna possível a consciência de si.

A palavra, feita para ir de uma coisa a outra, é, de fato, essencialmente, deslocável e livre. Ela poderá, pois, estender-se, não apenas de uma coisa percebida a outra coisa percebida, mas ainda da coisa percebida à lembrança dessa coisa, da lembrança precisa a uma imagem mais fugidia, de uma imagem fugidia, contudo representada ainda, à representação do ato pelo qual se a representa, isto é, à idéia. Desse modo, vai abrir-se aos olhos da inteligência, que olhava de fora, um mundo interior, o espetáculo de suas próprias operações (BERGSON, 1991, p.160).

Referências

- BERGSON, H. *L'évolution créatrice*. 5.ed. Paris: PUF, 1991.
_____. *L'énergie spituelle*. 4.ed. Paris: PUF, 1993a.
_____. *Mélanges*. Paris: PUF, 1972.
_____. *Matière et mémoire*. 3.ed. Paris: PUF, 1990.
_____. *La pensée et le mouvante*. 3d. Paris: PUF, 1993b.